

Corpos Degenerados, Territórios Degradados: desabituação e luta pela terra no Edifício Holiday, Recife

Francisco Sá Barreto dos Santos^a

Resumo: Neste trabalho, estamos interessados em estudar um duplo fenômeno, nosso objetivo geral. De um lado, pretendemos discutir as tecnologias de produção de um estigma de degradação urbana associada ao Edifício Holiday, Recife, desde sua fundação até aquilo que é publicamente projetado como sua decadência. De outro lado, procuramos compreender as perspectivas de direito à cidade nas falas dos moradores removidos até os três anos depois da ordem judicial que executou o esvaziamento do edifício. Para tanto, estamos interessados em compreender a complexidade da noção de expulsão que envolve esse caso. Como se dá a produção social da expulsão no edifício Holiday? Como recursos metodológicos para tais objetivos, este trabalho coleta dois tipos de materiais: as publicações de jornal a respeito do Holiday e sua ‘decadência’ na cidade; e as falas dos moradores removidos.

Palavras-chave: Remoção urbana, Gentrificação, Antropologia Urbana, Brasil.

O problema de pesquisa

21 de maio de 2024. Em decisão monocrática, desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu suspender o leilão do Edifício Holiday, no Recife, marcado para o dia 22 de maio de 2024. Em decisão de primeira instância, ainda no dia 13 de abril do mesmo ano,

^a Universidade Federal de Pernambuco. Professor Associado do Departamento de Antropologia e Museologia da Pós-Graduação em Antropologia. Email: xicosabarreto@gmail.com <https://orcid.org/0000-0001-6659-7047>

o texto previa não somente a autorização para o leilão, mas a possível demolição do prédio, a cargo do arrematante. O desembargador reiterava, portanto, que esse mecanismo abreviaria discussão que ainda não parece ter fim a respeito não somente da propriedade do edifício, mas da relação entre seus antigos moradores e o lugar.

Com possível demolição, o colapso desse vínculo seria irreparável, o que efetivamente parecia dar substância à pressa dos envolvidos no leilão, que previa arrecadar aproximadamente trinta e quatro milhões de reais com a venda. O plano de recuperação do imóvel, condição fundamental para sua negociação, não incluía, dessa maneira, os antigos moradores, haja vista que esses desejam, desde o princípio da querela, o retorno ao prédio e a requalificação a partir de suas necessidades.

A decisão realimenta uma narrativa cada vez mais consolidada na grande mídia que versa sobre a representação do Holiday como um problema da cidade, sem soluções aparentes associadas ao poder público e ilustrativas de um tipo mal-visto de presença em zonas de forte especulação imobiliária no Recife. O Holiday é um enclave. Não exatamente no sentido discutido por Teresa Caldeira (2000), mas como um território sem lugar cravado em estratégica posição do bairro de Boa Viagem, zona nobre do Recife.

9 de fevereiro de 2018. O jornal *El País* publica matéria apresentando uma breve história da ascensão e decadência do Holiday. Inaugurado em 1962, em formato de meia lua, o edifício de 17 andares e 476 apartamentos (28 por andar) nascera para ser ícone não somente do modernismo arquitetônico brasileiro, que distribuía pelas grandes cidades do país um sem número de construções representativas da criatividade, racionalidade e grandiosidade da nação que se projetara como moderna ao longo do século XX. O prédio deveria ser vela – e não parece exagero o uso dessa metáfora em relação a essa edificação – para uma nova cidade, um Recife novo mergulhado em mais uma narrativa do desenvolvimento, crescendo não somente em direção à sua borda sul, mas rumo a um desenvolvimentismo focado na constru-

ção civil e em uma especulação imobiliária como missão urbanística da cidade. Era o que sinalizava o discurso do prefeito do Recife, ainda em 1939, sobre os novos desafios da cidade:

“Estou de consciência tranquila pela certeza de que venho envidando todos os esforços em prol dos supremos interesses da cidade do Recife. Em menos de dois anos de administração, o governo municipal pode apresentar, sem vaidades e sem exibicionismo, um esquema de realizações que conforta e tranquiliza. Posso recordá-lo, isento de ostentação e vangloria, porque o trabalho que vimos realizando foge, rigorosamente, aos quadros do esforço pessoal: é fruto do regimen de trabalho e acção administrativa que o Estado Novo, em boa hora, veio inaugurar para a salvação do país” (Prefeito Novais Filho, Folha da Manhã, 31/08/1939).

De que salvação fala o prefeito? O bairro do Recife, zona central da cidade antiga, havia sido quase totalmente reconstruído entre a última década do século XIX e os anos 1910. No início dos anos 1920, quando do retorno de seus estudos nos EUA, Gilberto Freyre publicara crônicas em grandes jornais locais expressando seus receio e preocupação a respeito das intensas modificações urbanísticas e arquitetônicas pelas quais vinha passando o Recife. Com frequência, utilizou-se de seu prestígio político, inclusive, para retardar (ou negociar) ao máximo o grosso do conjunto dessas modificações (Reynaldo 2017): um novo conceito de cidade. O conjunto dessas tensões entre uma narrativa tradicionalista e o imperativo do desenvolvimento para a cidade (Sá Barreto & Medeiros 2020) resume bem o cenário em que, já nos anos 1950, se insere o Edifício Holiday. Ele opera um importante ferramental que orienta um sentido específico de desenvolvimento para uma antiga zona de veraneio da cidade e que, décadas adiante, converter-se-ia no mais populoso bairro da capital pernambucana.

O Holiday deveria ser – e era – grandioso, orgulho de um projeto desenvolvimentista de nação, bem representado pelo governo interventor estado-novista de Novais Filho, ainda no início dos anos 1940, porém – no caso dos anos 1950 – ainda mais presente na retórica da urgência de desenvolvimento do governo JK (1956-1961). Não por

acaso, as representações imagéticas do Holiday edificado dão conta, quase sempre, de projetar um edifício já fora do lugar, mas em um sentido diferente do que destacamos acima. Seu deslocamento estava relacionado à desproporcionalidade entre a cidade que se projeta para o futuro e a cidade onde o prédio fincou suas estruturas. A Recife que acolhe o prédio era muito menor, menos povoada, lenta e mais pobre do que aquela que o edifício passaria a representar.

Nas fotografias aéreas em grande-angular, quase não há pessoas; elas não são protagonistas da retórica urbana que se impõe. O preto e branco acinzentado da vila em construção está muito bem harmonizado à cidade de concreto que o Holiday representaria de forma excelente com o início de sua construção em 1957. Os grandes edifícios seriam sobretudo signos de uma cidade que venceu, rica e moderna, provocada e mobilizada pela presentificação de um futuro de grandes negócios e de grande produção de divisas. Um Recife sem corpos, um Recife ainda mais embranquecido.

14 de março de 2022. “Três anos após serem retirados do Edifício Holiday, moradores protestam pedindo ajuda contra a degradação do prédio”. A chamada da matéria aponta ainda que o edifício teve tapumes roubados, ficando exposto ao vandalismo e abandono. “Mesmo no escuro, olhai por nós”, dizia um dos cartazes. Alguns antigos moradores se juntavam para atrair a atenção da opinião pública a respeito da condição de vulnerabilidade habitacional a que estavam submetidos. Três anos antes, após várias tentativas de remoção dos moradores do prédio, uma decisão judicial de 13 de março de 2019 obrigara o esvaziamento do Holiday.

O Holiday deveria funcionar enquanto importante instrumento de um paradigma urbano pautado nos grandes edifícios e em um tipo de produção de vida urbana erguido sobre lógicas complexas de distinção e apartação social. Com o passar dos anos, contudo, uma classe média se viu disputando cada vez mais aquele espaço com moradores e usuários das classes populares, mas não somente. Os sujeitos socialmente classificados revelavam, cada vez mais, intersec-

cionalmente, atravessamentos de raça e gênero. Essa característica se tornaria, a partir dos anos 1980, um importante recurso da ‘cidade branca’ para empreender sobre o Holiday o estigma público de conjunto urbano degenerado.

Vê-se, desde então, em primeiro lugar, um complexo empreendimento de classificação social pautado na diacriticidade das noções de degradação urbana e degeneração social articuladas ao edifício. Em segundo lugar, nasce, notadamente a partir dos anos 1990, um crescente movimento para remoção dos moradores do edifício, sob a justificativa do imperativo da segurança urbanística e requalificação.

Neste trabalho, estamos interessados em estudar um duplo fenômeno, nosso objetivo geral. De um lado, pretendemos discutir as tecnologias de produção de um estigma de degradação urbana associada ao edifício desde sua fundação até aquilo que é publicamente projetado como sua decadência. De outro lado, procuramos compreender as perspectivas de direito à cidade nas falas dos moradores removidos até os três anos depois da ordem judicial que executou o esvaziamento do edifício, observados em conjunto de matérias jornalísticas disponíveis na *web*.

Para tanto, estamos interessados em compreender a complexidade da noção de expulsão que envolve esse caso. Ou seja, desejamos discutir o braço violento das agências de Estado coercitivas, sem prescindir, porém, seguindo Sassen (2016), de discutir como saberes técnicos são mobilizados para, com equivalente brutalidade, produzir a expulsão urbana. Nesse caso, estamos interessados em observar narrativas da expulsão pautadas no saber da ciência e no instrumento jurídico que obriga a remoção populacional. Como se dá a produção social da expulsão no Edifício Holiday?

Em outro eixo deste exercício, procuramos nas falas dos moradores os indicativos dessa complexidade e a materialidade da vulnerabilidade urbana na cidade contemporânea. Seguindo Rolnik (2019), desejamos discutir a ilegalidade da posse como recurso de uma agência de Estado específica para reforçar condições vulneráveis para sujeitos políticos publicamente já bastante vulnerabilizados.

Como recursos metodológicos para tais objetivos, este trabalho coleta dois tipos de materiais: as publicações de jornal que narram a respeito do Holiday e sua “decadência” na cidade; e as falas dos moradores coletadas de matérias jornalísticas discutindo o processo de remoção forçada.

Por fim, este trabalho está interessando em, a partir do caso do Edifício Holiday, oferecer uma peça sobre a complexidade – e brutalidade – da expulsão urbana na cidade do século XXI.

A cidade e o território degradado

9 de fevereiro de 2018. Matéria do *El País* pretende oferecer um panorama a respeito da história e decadência do Edifício Holiday. Da ascensão à queda, o que aconteceu ao prédio entre seus anos de glória e sua desocupação forçada?

“Esta gentrificação ainda não chegou no Holiday, que é habitado sobretudo por trabalhadores da redondeza: porteiros, vendedores ambulantes da praia – no pátio do edifício estão estacionadas dezenas de carroças de comida –, faxineiras, aposentados... Mas também alguns estudantes e advogados. Os apartamentos são todos pequenos porque, segundo dizem, o objetivo é que funcionassem como uma estadia de veraneio e as famílias pudessem passar o fim de semana em Boa Viagem. Outros asseguram que a ideia era transformá-lo em um hotel. Também reza a lenda que muitos homens compraram ou alugaram imóveis para que pudessem manter encontros com suas amantes. E muitas delas simplesmente foram ficando [...] não é difícil escutar o seguinte comentário na rua: “Não entra aí não, que só tem traficantes e prostitutas”.

Como aprendemos a cidade? Que estratégias elaboramos para operar circulação, vida e consumo coletivos na cidade sem que, para isso, precisemos (re)elaborar permanentemente nossos esquemas interpretativos a respeito de sentidos, significados para lugares e pessoas? Em outras palavras, o que utilizamos para distinguir ‘zonas de risco’ de ‘zonas seguras’ na cidade do século XXI?

Um dos traços mais visíveis na modernização das grandes cidades brasileiras coloniais é o esforço para superação de um suposto proble-

ma estruturante: uma ideia de degradação, teoricamente provocada por crescimento não planejado. É quase consenso que as cidades mais antigas do país – e isso não significa afirmar que as também grandes, porém novas, não vivem os mesmos problemas – nasceram e viveram seu primeiro crescimento sem o devido planejamento, o que resultou em zonas inteiras muito empobrecidas e desabastecidas dos modernos serviços básicos.

O fato, porém, é que o adensamento populacional nessas grandes cidades é, na verdade, uma característica apenas do século XX. Em 1872, apenas 5,9% da população vivia nas cidades. O Brasil era um país de tradições econômicas ruralistas, algo que ainda não foi exatamente modificado, e concentrava também nas zonas rurais os seus centros de poder. Em 2017, mesmo depois de um conjunto de políticas de reversão do êxodo rural, que foi um fenômeno muito evidente nos anos 1970 e 1980, a população urbana no Brasil era próxima dos 90%. Isso nos ajuda a concluir que as ditas zonas degradadas das grandes cidades históricas brasileiras não nasceram junto com as cidades, pelo menos não necessariamente. Ou, se nasceram, elas não têm uma origem epidêmica, ou seja, elas não são e não foram fenômenos incontroláveis. O que essas zonas significam? Que zonas são essas? O que significa a degradação se ela não é resultado de um movimento de grande empobrecimento de zonas urbanas que escapou ao controle dos governos?

O ponto que pretendemos defender aqui é o de que o reconhecimento de zonas degradadas das grandes cidades é uma importante etapa, talvez a principal delas, para a mobilização e reprodução das tecnologias de requalificação urbana. Em outras palavras, o ponto de partida ontológico da reabilitação, restauração, requalificação, revitalização, do enobrecimento e da conservação – todo um complexo e vasto campo semântico da gentrificação – é a verificação da degradação. Não há sentido em restaurar aquilo que não é projetado como degradado. A questão mais importante aqui, então, não é o que deve ou não ser conservado ou restaurado nas grandes cidades brasileiras,

mas quais são e como operam as tecnologias de produção do degradado? Como produzimos politicamente o degradado em oposição, ou como refugio, ao e do belo, do desenvolvido?

Nos anos 1930, aproximadamente 66% das edificações em Recife eram mocambos, distribuídos entre as muitas palafitas e casebres da cidade. O número nos choca pela sugestão da epidemia que eu tentei rejeitar acima. O número nos indica que dois terços das edificações da cidade estariam aquém daquilo que estavam planejando para a cidade? A resposta mais imediata é sim. Há uma tradição interpretativa desse fenômeno no Brasil, bem representada por Hermínia Maricato (2015), que sugere a oposição entre cidade legal e cidade ilegal como um traço estruturante da moderna urbanização no Brasil. A partir dessa ideia, se poderia sugerir que não existe exatamente uma oposição, mas que a cidade ilegal é um importante recurso administrativo mobilizado pela cidade legal para duas coisas fundamentais: reforçar o *status* de classe do que se projeta como cidade legal; e especular sobre a mais valia do solo da cidade ilegal, como de forma ainda mais complexa discutiram Efrem Filho & Sá Barreto (2022), estudando as questões urbanas implicadas na morte do menino Miguel, em Recife, 2020.

A manutenção da cidade ilegal, das zonas degradadas da cidade, serve às tecnologias de conservação da desigualdade na cidade brasileira, por negar a co-presença do pobre na cidade das elites, ou seja, por reforçar lógicas de distinção através de barreiras espaciais definidas esteticamente: o degradado está fora. A construção política do degradado também serve a um segundo propósito, que é igualmente importante; é o da especulação sobre o valor do solo ilegal. O *Urban Displacement Project*, projeto de pesquisa desenvolvido em algumas universidades estadunidenses, coordenado por uma equipe da UC Berkeley, sugere um conceito que nos ajudará bastante a compreender esse processo. É o conceito de *redlining*. *Redlining* é a demarcação estratégica de uma região da cidade como zona degradada a fim de convertê-la em objeto da especulação do mercado

imobiliário. Não é simplesmente um movimento de um mercado apoiado pela gestão pública. É a própria gestão pública operando a favor dos interesses de uma economia da remoção populacional e da mais-valia do solo urbano.

O ponto de partida do negócio da gentrificação, portanto, é a demarcação estratégica de um conjunto urbano como um conjunto degradado. Para que isso aconteça, toda uma economia moral é mobilizada e isso produz para o conceito político de degradação uma dimensão de natureza. Ou seja, mesmo grupos pobres da cidade podem reproduzir os discursos que produzem uma condição de natureza para zonas politicamente construídas como degradadas.

Precisamos voltar aos 67% de mocambos entre as edificações na Recife dos anos 1930-40. Que conjunto de políticas marcou a gestão de Estado e prefeitura naquela ocasião? Os governos estado-novistas, como mencionamos acima, não estiveram interessados em discutir políticas de ocupação igualitária do espaço e maior equilíbrio entre usos do espaço e demais direitos para os habitantes das regiões em *redlining*. Pelo contrário, o principal recurso para utilizar a remoção como solução para aquele conjunto de edificações foi produzir o mocambo como paradigma da degradação urbana em uma Recife que se projetava moderna. A Liga Social Contra o Mocambo foi o grande dispositivo para tanto. A Liga foi um grupo montado a partir do discurso religioso para remover populações de zonas estratégicas da cidade rumo às novas periferias de Recife. Dessa maneira, o caminho dos grandes montantes investidos até a requalificação é mais longo que normalmente pensamos.

A etapa do meio entre os dois é a produção moral do degradado. Não só em Recife, o resultado dessa conexão tripla especulação-degradação-requalificação constituinte da gentrificação é a condenação à morte de um tipo específico de comunidade.

“Esta gentrificação ainda não chegou no Holiday, que é habitado sobretudo por trabalhadores da redondeza: porteiros, vendedores ambulantes da praia...”, afirma o texto destacado da matéria acima.

A matéria se refere a uma comparação entre o Holiday e o Copan, edifício paulista cujo projeto arquitetônico e o contexto de construção são similares ao prédio no Recife. O texto sugere que há ascensão, decadência e nova qualificação do edifício a partir do interesse da classe média e de tipos variados de comércio na reocupação da zona de centro da cidade e de edificações icônicas dela. Esse instrumento que garantiu a vida do prédio paulista, contudo, não teria chegado ainda ao Holiday, amarrado, portanto, àquilo que, logicamente – essa é a construção discursiva – lhe implica a degradação: “... porteiros, vendedores ambulantes da praia (...), faxineiras, aposentados...”. Ora, tratam-se todos eles de um tipo forjado a partir do instrumento de classificação social que territorializa a pobreza. Não por acaso, a inscrição política dos sujeitos se dá a partir de suas conexões com o mundo do trabalho. O fenômeno não seria inédito e nem recente no Brasil.

Ainda na instalação da República, a montagem da cidade moderna esteve intensamente pautada em dois eixos fundamentais: uma gestão racional e remoções forçadas. Isso já está bem colocado quando do conjunto de eventos bem resumidos pela Revolta da Vacina (Rio de Janeiro, 1904). Nicolau Sevcenko (2010) demonstra cuidadosamente como os eventos eram mais complexos do que a reação das classes populares a uma campanha compulsória de vacinação contra a varíola. Em seu discurso de posse, o recém eleito presidente Rodrigues Alves reafirmava que seu plano de governo era simples e objetivo: estava comprometido com a reforma do porto e o saneamento básico da cidade do Rio de Janeiro. O que estaria implicado no projeto, contudo, incluía uma gestão municipal da capital livre para agir de forma truculenta, redesenhando o território do Rio de Janeiro a partir da guia – de forma mais imediatamente verificável – da classificação social. As populações mais pobres precisariam deixar o centro e essa seria uma característica comum a boa parte das grandes cidades brasileiras.

A mesma característica interventora estaria presente na gestão municipal responsável por grandes intervenções pouco populares no

centro do Recife nos anos 1940, como destacamos acima, todas elas fortemente pautadas numa razão desenvolvimentista que se estruturava, paradigmaticamente, na verificação da degradação.

Essa construção é ainda mais complexa do que fui, até aqui, capaz de organizar. No Rio de Janeiro, em 1904, ou no Recife, nos anos 1910 ou 1940, as remoções forçadas de grupos populacionais inteiros seria a tradução material da força policial enquanto novo modelo de gestão da vida na nação. O inimigo externo inexistia – ou estava neutralizado – e, portanto, a truculência das forças armadas ganharia seu complexo braço para gestão urbana: a polícia. É vasta a produção no Brasil que pretende dar conta da força policial enquanto instrumento de brutalidade e expulsão no Brasil do século XX. Saskia Sassen (2016) nos chama atenção, contudo, para a complexidade da expulsão contemporânea, algo que também já se podia verificar lá, em 1904, no conjunto de eventos discutidos por Sevecenko (2010). Essa complexidade implica outras empresas da expulsão, operando, todas, em conjunto ou não, com a força policial. Eu gostaria de destacar três delas aqui, haja vista que ambas estão presentes no processo de desocupação do Holiday e de produção do edifício enquanto território de natureza degradada: a justiça, a ciência e as finanças.

20 de março de 2019. As decisões de magistrados e as peças jurídicas têm ocupado um papel protagonista em todo o debate público a respeito do Holiday. Naquele dia, esgotava-se o prazo para a ‘saída voluntária’ dos moradores do edifício. O portal G1 publicou a respeito do tema: “... parte dos moradores afirma que não pretende deixar o local. Advogados voluntários tentam reverter a decisão, mas o juiz Luiz Rocha, que concedeu a liminar, afirmou que dificilmente há tempo hábil para alterar parecer”. A organização de moradores pretendia retardar a decisão e incluir a própria permanência no edifício como parte do plano de recuperação dele. É o que reforça a fala de Jeane Silva, moradora do Holiday:

“A gente conseguiu mais gente para ajudar. Então, entendo que a situação existe e é fato. Era necessário algo que acordasse os mora-

dores do prédio, mas se o prédio está pedindo socorro, a gente vai socorrê-lo. A gente não está se omitindo com a obra, a gente quer ficar aqui, ajeitar o prédio e mostrar aos órgãos que a gente está fazendo”.

A decisão do magistrado está pautada em conjunto de laudos técnicos que indicam grande problema estrutural no prédio, o que inviabilizaria a permanência dos moradores – que já conviviam com dificuldades estruturais há mais de uma década. O estágio avançado de degradação do edifício é uma construção complexa que, nesse estágio, combina dois importantes saberes técnicos: o do poder judiciário como instância que decide sobre como se vai proceder a respeito do tema, produzindo, portanto, como ilegal qualquer presença que lhe atravesse; e o dos laudos, o saber técnico que advém da ciência, nesse caso supostamente comprometida com a segurança dos moradores. O que Jeane não consegue compreender é que ela é parte constitutiva da degradação. Quando, efetivamente, a cidade moderna não foi montada sobre a remoção/expulsão?

Quando os servos foram emancipados de seu vínculo permanente com a terra – evento central para a emergência de uma Idade Moderna europeia –, duas importantes disponibilidades foram produzidas. Em primeiro lugar, a terra como fator de produção para o capitalismo industrial, haja vista que a primeira industrialização foi basicamente têxtil e os campos de algodão, no restrito território da Grã-Bretanha europeia, precisavam estar à serviço da produção; em segundo lugar, o incremento de uma população urbana, ampliada a partir do êxodo que também descreve a história da urbanização do Brasil, como destacamos acima. Tanto para produzir disponibilidade da terra, quanto para aumentar a população urbana, o mais sofisticado recurso de uma agência específica de Estado foi a produção da ilegalidade da posse do solo urbano ou rural pelas classes populares. Grandes desertos de gente alimentariam cidades abarrotadas por sujeitos sem posse da terra na cidade; presenças flutuantes nas vilas, organizadas exclusivamente por seu vínculo com o mundo do trabalho. É por isso que a representação

da pobreza e decadência no Holiday se dá, inicialmente, a partir da presença precária de ‘trabalhadores menores’.

Uma incompatibilidade de partida se materializa ali: como é possível que “porteiros, vendedores ambulantes da praia (...) faxineiras, aposentados” etc. tenham posse do solo urbano num dos metros quadrados mais caros da capital pernambucana? É isso também que faz de Jeane uma presença não desejada, e que, portanto, ela não entenda que o plano de recuperação do edifício não somente não a inclua, mas tenha como etapa fundamental a sua remoção.

É como compreende uma das interlocutoras de Raquel Rolnik em *Guerra dos lugares* (2019). Flávia, moradora do Rio de Janeiro, afirma: “eu já era invasora antes de nascer”. Ela não fazia referência simplesmente ao fato de uma dívida que se confunde com o conceito de classes populares, somente. Diz respeito, também, à hereditariedade da ilegalidade da posse; lutas pela terra (urbana ou não) que atravessam séculos e se confundem com a construção do projeto de nação no Brasil. Parece ser dessa forma que todo empreendimento de produção da oficialidade do solo urbano implica em remoção/expulsão populacional. Está enraizada nesse processo uma complexa brutalidade (Sassen 2016) que normaliza todo o empreendimento, fazendo grupos vitimados pela remoção, inclusive, ansiarem por obras que protagonizarão sua expulsão. É o caso, recente, da Cidade da Copa, também na região metropolitana do Recife, quando a mais-valia do solo urbano projeta forte especulação em uma zona rural da capital, transformando hectares mal indenizados de solo rural em, pretensamente, metros quadrados valorizados do solo urbano. O projeto fracassou, mas muitas famílias foram expulsas e deslocadas para ainda mais longe do centro.

É também o caso de moradores do Holiday que não conseguem compreender como não fazem parte do plano de recuperação do edifício. Essa ausência estrutura o terceiro sofisticado instrumento de expulsão: a financeirização da cidade. O Projeto Novo Recife é paradigmático do conjunto de intervenções nos quais a recuperação do Holiday se inspira e se insere.

O ponto de partida do projeto é a imperativa necessidade de intervenção no que o próprio texto chama de “uma das regiões mais degradadas da cidade”. Ora, o que faz dos bairros de Santo Antônio e São José regiões degradadas da cidade? Há um já consolidado volume de estudos a respeito do decréscimo populacional na região, que se converteu nos últimos quarenta anos em basicamente espaços compartilhados para comércio e burocracia municipal. A zona de comércio popular, contudo, traduz intensa vitalidade na região, o que demonstra a complexidade do léxico da reabilitação urbana.

Segundo o projeto, a construção de 1042 unidades habitacionais, um polo cultural (junto ao Forte das Cinco Pontas), uma praça gigante – que, aliás, separa a zona comercial da região dos edifícios – e um polo de turismo e esportes, localizado ao lado da já existente marina da região, seriam argumentos suficientes para reposicionar o debate sobre ocupação na região, ‘devolvendo’ ao lugar uma atividade que ele não tem. Além disso, o projeto se conecta ao desenvolvimento de um novo polo hoteleiro para a região, que prevê a instalação de mais de 600 leitos com a construção de novos hotéis conectados ao novo terminal náutico de passageiros. Ainda segundo dados do próprio *site* do projeto, o esboço final das construções respeita a linha do horizonte da cidade e da paisagem da região, mas, ainda assim, prevê o repasse de montante suficiente para a construção de 200 habitações populares como ‘recursos de mitigação’ para a gestão municipal, destinado a construções num raio de 300 metros das torres do projeto. Por que mitigação se o projeto só traria benfeitorias?

Desde o leilão do terreno em 2008, citado ainda no início deste texto, uma série de irregularidades foram anotadas. São problemas que vão desde a fraude de dados referentes ao saneamento das edificações e da capacidade de tratamento de esgoto da unidade do Cabanga – a mais próxima da região –, até a ilegitimidade do próprio leilão bem como a gestão financeira dos grupos envolvidos para a formação do Consórcio Novo Recife, formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão.

A despeito de todas elas, o que desejamos destacar é o movimento de intervenção urbana, sustentado pelo discurso desenvolvimentista da requalificação, produzindo, novamente, na história da cidade, complexas políticas de segregação. No caso específico do Holiday, trata-se da reconstrução – recondução à cidade – de um fortificado enclave individual,

O Novo Recife, tal qual o Recife de sua moderna urbanização, não é um projeto de cidade para toda sua população, como já era fácil observar desde as intervenções da década de 1940. Pelo contrário, direcionou suas políticas de modernização e desenvolvimento, mobilizando um recorrente discurso da tradição, para aprofundamento dos deslocamentos populacionais e reforço das políticas de segregação. A produção do desenvolvimento estrutura-se, portanto, na construção epistemológica do território degradado.

A cidade e o corpo degenerado

O território degradado implica um e é fundado por um corpo degenerado. Se, em Foucault (1979), o desenvolvimento de uma medicina social está fortemente conectado ao empreendimento de medicalização da vida pública e à tomada do corpo como objeto da esfera política, o episódio da Revolta da Vacina, do qual falamos acima, narra de forma ainda mais sofisticada a produção da cidade como objeto do saber médico e o corpo humano enquanto mecanismo constitutivo do poder público. Trata-se de um paradigma explicativo do que o caso do Holiday materializa.

Na Inglaterra do século XIX, Estado fortemente mobilizado pela industrialização e constituição de mercados cada vez mais complexos – movimento que, contudo, era acompanhado por progressivo apodrecimento das cidades que haviam se transformado em grandes centros industriais –, a medicina social se consolidou no instrumento médico disposto para o mundo do trabalho. Assim, o objeto do saber deveria ser o corpo para o trabalho, mão-de-obra para o desenvolvimento (barato) das grandes indústrias, que submetiam seus funcionários a jorna-

das que podiam chegar a dezoito horas por dia. Thompson (1998), ao estudar a formação da classe operária inglesa ainda no século XVIII, indicou a disciplina do tempo pelo mundo do trabalho como mais destacado instrumento de submissão da vida às ordens do dia mobilizadas por empregos, escalas, jornadas de uma vida para o trabalho. O projeto de saúde pública, obviamente, deveria acompanhar tal desenvolvimento conectando as noções de longevidade, expectativa e qualidade de vida, envelhecimento etc. ao mundo do trabalho. O saber médico, nesse estágio, funcionou como mais destacado braço de tal empreendimento, atuando como instrumento fixo de análise dos corpos para a indústria e de saber científico em permanente desenvolvimento para a extensão da vida para o consumo.

Na França, por sua vez, a mesma discussão de Foucault apresenta a medicina social a partir do desenvolvimento de uma ciência médica para a vida da cidade. Assim, o espaço urbano deve ser compreendido como objeto do saber médico que se estende para além do que hoje poderíamos resumir com a dimensão de uma medicina sanitaria. A Paris do século XVIII não comportaria a avalanche da modernização caso estivesse ligada à podridão que tão recorrentemente a caracterizava, desde mercados de peixe sem qualquer plano de higiene, até cemitérios lotados de tal forma que já não mais era possível enterrar os mortos – que chegavam a transbordar dos muros, avançando pelas não menos imundas calçadas públicas (Foucault 1979). A medicina social, na França, desenvolve-se, portanto, antes de tudo, como medicina para a cidade. A vida pública e suas divisões deveria ser objeto do saber, que produziria para os espaços urbanos um amplo conjunto de quadriculamentos a partir dos quais poderia ser controlada, entre outras coisas, a circulação da água, a qualidade do ar, a limpeza urbana, a vida dos animais etc., mas não somente. Mais importante, e em direta conexão com os empreendimentos que fazem eclodir a revolta no Rio de Janeiro, o controle dos corpos pelo poder público.

É dessa forma que o desafio de dupla face do governo Rodrigues Alves consistia, fundamentalmente, em, de um lado, produzir

o Outro como objeto do poder central – o que, possivelmente, indica, no caso brasileiro, o primeiro movimento de integração do diferente ao programa de igualdade da experiência nacional – e, de outro lado, conceber a cidade como produto do saber médico, organismo (essa palavra não poderia ser mais adequada) político vivo, objeto de interesse permanente em tempos regidos pela saúde dos grandes mercados.

O destaque que gostaria de fazer não passa somente por uma crítica à truculência adotada pelas forças policiais para reprimir um conjunto de levantes contra a lei da vacinação obrigatória. Com frequência, encontramos nos livros que narram a história da Revolta da Vacina uma crítica que se desenvolve a partir de suposta má conduta sobre revoltosos alimentados pela ignorância em relação às pretensões de ‘humana lei’.

O que desejo sustentar é que a revolta é apenas o ponto de partida de uma lógica de governo que se erguia sobre três pés fundamentais, a saber: a) um higienismo modernizante, forte característica da tomada do saber médico pelo elemento político, como verificado na emergência do que se pode chamar de medicina social; b) o desenvolvimento de um governo que não tinha mais como referência as forças militares dos grandes exércitos para produzir sua autoridade política, articulando seus poderes a partir do desenvolvimento do que chamamos de ‘economia da vida’ em torno da consolidação de um sofisticado governo de polícia, outras tecnologias brutais de expulsão; e, talvez o mais importante, c) a produção da vida como objeto político da nação.

Até o início do século XX, pode-se dizer que o Rio de Janeiro fazia funcionar sua região portuária como uma peça estratégica para o que se projetava como subversão. Se, em aspecto mais superficial, o conjunto de doenças produzia a cidade como uma metrópole tomada pela podridão, em análise mais cuidadosa, podemos observar que a reforma do espaço de acordo com padrões quase hospitalares tem como objeto não somente a limpeza, mas fundamentalmente o bloqueio das ruelas, becos, demolições, casas abandonadas, cortiços etc.,

como instrumentos de, entre outras coisas, resistência ou, no mínimo, indigência política – o que, no olho do furacão modernizante, funcionava como destacada linguagem de subversão. A pobreza, a sujeira, a doença e o subdesenvolvimento tinham um corpo, sujeito político do território degradado da cidade. Esse corpo era o corpo negro, herdado de uma abolição mal construída e mal resolvida (até os nossos dias), tipo brasileiro que não poderia compor a cidadania da nação do século XX.

Se os corpos estão acometidos pelas muitas misérias que precisavam ser combatidas – algumas com tratamento médico, outras com o empreendimento da neutralização política –, as ruas também precisavam ser compreendidas a partir da mesma lógica de patologização do desconhecido, do progressivo interesse da incorporação do estranho, da disciplina do outro como ponto de partida médico-político para uma nova fase do projeto de brasilidade, que teria a cidadania como seu mais sofisticado objeto. Nessa cidadania, não caberia o corpo da diferença. A expulsão, em sua operação complexa, seria o instrumento para a localização desse corpo em um território compatível com o mesmo. A representação das zungas nos jornais de início de século XX é uma boa tradução para um paradigma da degeneração/degradação.

As zungas eram ambientes sugeridos podres, sem saneamento, sem qualquer estrutura mínima, para onde iam aqueles que nem ao menos um quarto nos cortiços conseguiam alugar para passar a noite. Assim, grandes grupos se amontoavam em espaços que faziam se confundir os corpos, homens, mulheres, ratos e baratas, entre outros, aglomerados em vãos escuros, fétidos e muito quentes. Nicolau Sevcenko (2010) apresenta esclarecedor relato de João do Rio em visita a uma das muitas zungas da cidade:

“[...] O segundo andar:

Trepamos todos por uma escada íngreme. O mau cheiro aumentava. Parecia que o ar rareava e, parando um instante, ouvimos a respiração de todo aquele mundo como o afastado resfolegar de uma grande máquina. Era a seção dos quartos reservados e a sala das

esteiras. Os quartos estreitos asfixiantes, com camas largas antigas e lençóis por onde corriam percevejos. A respiração tornava-se difícil. [...] Alguns desses quartos, as dormidas de luxo, tinham entrada pela sala das esteiras, em que se dorme por oitocentos réis, e essas quatro paredes impressionavam como um pesadelo. Completamente nua, a sala podia conter trinta pessoas, à vontade, e tinha pelo menos oitenta nas velhas esteiras atiradas ao assoalho. [...]

Havia, com efeito, mais um andar, mas quase não se podia lá chegar, estando a escada cheia de corpos, gente enfiada em trapos, que se estirava nos degraus, gente que se agarrava aos balaústres do corrimão – mulheres receosas da promiscuidade, de saias enrodilhadas. Os agentes abriam caminho, acordando a canalha com a ponta dos cacetes. Eu tapava o nariz. A atmosfera sufocava. Mais um pavimento e arrebentávamos. [...] Já não havia divisões, tabiques, não se podia andar sem esmagar um corpo vivo. A metade daquele gado humano trabalhava; rebentava nas descargas dos vapores, enchendo os paióis de carvão, carregando fardos. Mais uma hora e acordaria para esperar no cais os batelões que a levassem ao cepo do labor, em que empedra o cérebro e rebenta os músculos.

Grande parte desses pobres entes fora atirada ali, no esconderijo daquele covil, pela falta de fortuna. Para se livrar da polícia, dormiam sem ar, sufocados, na mais repugnante promiscuidade [...].

Desci. Doíam-me as têmporas. Era impossível o cheiro de todo aquele entulho humano” (Sevcenko 2010:89-90).

Como dissemos acima, após a conclusão de sua construção e seu lançamento, em 1962, a representação do Edifício Holiday remonta a um modelo de cidade consagrado na virada de século XIX para o XX: grandes edificações, poucas pessoas. A partir dessa representação, não é difícil encontrar nas fotografias que glória, ascensão e progresso são signos que também possuem corpo. No caso do Holiday – e não somente nele – o corpo que a cidade materializa a partir desses signos é branco.

Notadamente a partir dos anos 1960, o bairro de Boa Viagem foi progressivamente deixando de ser uma zona de pescadores e convertendo-se em importante objeto da especulação imobiliária. O *boom* da verticalização produziu grande incremento da população. Gradativamente, a faixa de areia da praia foi deixando de ser região ocupada

para o trabalho da pesca artesanal e transformando-se num dos principais equipamentos de lazer da cidade.

As fotografias que registram isso são bastante emblemáticas do argumento que desejo desenvolver. Não é difícil encontrar diversos registros que apresentem a praia como destino promissor não somente para o descanso, mas para a moradia e grandes investimentos. Nessas representações dos anos 1960, a ocupação da praia e seu uso como instrumento de atração de investimentos também tem um corpo. A Boa Viagem que representa o progresso e uma renovada narrativa desenvolvimentista para a cidade é branca.

Esses registros são muito diferentes dos capturados nos anos 1980. Nesse caso, são comuns as representações da praia sempre superlotada e bastante interracial. Isso não é suficiente para diminuir a especulação na área, mas o bairro começaria a ser visto como parte de um problema urbano a ser sanado. Não por acaso, a década é marcada pela instalação de equipamentos que começam, de forma mais intensa, a representar a expulsão. É o caso do Shopping Recife, inaugurado em outubro de 1980 em uma antiga – ainda resistente, em parte – zona de favela da cidade. Essa tecnologia segue sendo complexamente utilizada até os dias atuais, quando shoppings centers continuam sendo utilizados como instrumentos ‘brandos’ de expulsão. Sintomas da degradação do bairro seriam apresentados a partir de duas características públicas mais evidentes: o forte adensamento e a violência urbana.

A expulsão, já vimos, quase nunca é de uma única ordem. Como Teresa Caldeira (2000) já demonstrou a partir do caso São Paulo, a partir dos anos 1980, a consolidação de um pânico (ou da retórica dele?) em torno da violência urbana fornece a agências repressoras de Estado razões para o desenvolvimento e aprofundamento de tecnologias da remoção urbana. Isso se deu a partir da complexa combinação de fatores que viabilizariam a “renovação” urbana que, em nossos dias, o Holiday materializa. Destacamos na seção anterior, dedicada à construção política da degradação, a ilegalidade da posse enquanto importante recurso para ‘flutuar’ populações de acordo com o aqueci-

mento do mercado imobiliário. Essa ilegalidade, contudo, precisa ser combinada a uma outra, igualmente sofisticada: a indigência, ou seja, a tradução da ilegalidade do território no corpo, ou, ainda em outras palavras, a incorporação da ilegalidade na cidade.

É dessa maneira, afinal, que uma decadência do Edifício Holiday começa a ser sinalada. Composto por mais de quatrocentas unidades de tamanho pequeno para os interesses de um mercado imobiliário focado em atrair grandes famílias para o bairro, o prédio logo se transformaria em um destino atraente para trabalhadores da região, muito mobilizada pela comercialização da praia, haja vista que os aluguéis cobrados logo se revelariam viáveis para famílias das classes populares. Como boa parte das famílias de elite permaneciam às margens do Rio Capibaribe, os apartamentos do Holiday efetivamente funcionaram como objeto de interesse das classes abastadas apenas aos finais de semana ou para usufruto de jovens estudantes endinheirados vindos do interior do Estado. Há relatos moralizantes de frequentes usos dos apartamentos por amantes de ricos proprietários, o que pavimentaria um primeiro esforço de degeneração do corpo no Holiday. Relações extraconjugais e a presença indigesta de trabalhadores precarizados produziram para o prédio a receita a degradação do lugar.

O corpo enegrecido do pobre logo se converteria em um dos dois destacados instrumentos de estigma territorial para o edifício. O outro deles, não menos elaborado, é o corpo generificado e estigmatizado por uma representação da prostituição. Essa conexão entre degradação estrutural e degeneração moral rendeu ao Holiday, como afirmam Victor Lucena e Julieta Leite (2021), a pecha de ‘favela vertical’. Ora, talvez não haja no vocabulário do debate urbano brasileiro uma palavra que melhor traduza a complexidade e a sofisticação desse cruzamento entre o degradado e o degenerado do que a favela.

O território da diferença é, portanto, um território permanentemente disputado politicamente. Ilegalidade e degeneração somam-se, ainda, à dívida enquanto instrumento recorrente da gestão para, como

dissemos acima, fazer ‘flutuar’ essas populações. Não é coincidência que mesmo serviços privados, tais como os de empresas de fornecimento de energia elétrica ou telefonia, tenham sido tão precarizados no Holiday a ponto de contribuírem de forma densa com a legalização da expulsão que se materializara no saber técnico dos laudos e das decisões judiciais. Ao longo das décadas, o edifício acumulou dívidas impagáveis pelo interesse privado que, por sua vez, demandou insistentemente atuações do Estado que regulassem a presença ‘devedora’ no prédio. É isso que faz Jeane ser filiada a uma dívida que ela não sabe quando contraiu e que, portanto, a impede de fazer parte do plano de recuperação do Holiday.

Jeane é protagonista da querela Holiday. E aquilo que ela incorpora já era um problema urbano na origem da cidade moderna brasileira. É isso que pudemos ver na descrição da zunga: uma razão moral para a devastação das populações da zona portuária do Rio de Janeiro. A animalidade, brutalidade e indigência do sujeito que se confunde com a doença que assola a cidade. Não há Holiday degradado sem o corpo que lhe tomou como moradia.

A guerra dos lugares, imagem com a qual Rolnik (2019) projeta as disputas urbanas contemporâneas, está, afinal materializada no Holiday a partir de: a) a ilegalidade da posse estrategicamente associada à dívida, ainda que com produtos mal oferecidos por operadoras de serviços básicos; b) urbanismo etno-classista pautado na degeneração moral associada à degradação territorial do edifício: um corpo preto, pobre e prostituído; e c) por fim, e não menos importante, a compreensão do imbróglio Holiday na cidade do século XXI como parte de uma questão de reserva de terras e mais valia do solo urbano, haja vista o interesse no leilão, reforma e nova comercialização das unidades do prédio.

Se, para Jeane, a trajetória de decadência do edifício é sua própria catástrofe, a complexa combinação das três características que destaquei acima produzem para o mercado da moradia e da mais-valia do solo urbano uma grande oportunidade. Não por acaso, a ideia de sal-

vação do edifício é recorrentemente mobilizada. Mas salvação do quê e de quem? A ‘revitalização’ do Holiday é, materializa e corporifica a expulsão dos sujeitos que foram sempre objetos de estigma territorial e abjeção. A resistência ao desejo do mercado imobiliário, dessa forma, deverá ser vista como parte do medo e da violência que a cidade manifesta como criminalidade. A linha que separa as más condições estruturais do edifício e o sujeito criminoso que supostamente lhe habita estão, nesse instante, indiferenciadas.

A cidade que resta

“Espero que, durante o dia, nos seja concedido o direito de poder continuar morando aqui. Qualquer trabalho de recuperação do prédio não embarga a nossa continuidade no prédio. Não entendo porque tenho que sair do meu lar para serviços externos.” Gerúzio José da Luz.

“Eu adoro morar aqui, mas tem gente que não. Esculhamba o lugar, joga lixo pela janela, mija na escada... Tem pessoas que moram há 20 anos e nunca pagou condomínio. Aqui no prédio não tem traficante, não tem gente perigosa. Mas pegou a fama, né? Aqui só tem muito pobre, sem educação. Eu sou analfabeta, mas meus filhos todo mundo dá parabéns pela educação deles (...) Fiamá, eu tô falando que você é educada! Coloque uma roupa e venha falar aqui!” Marilene Silva.

“Hoje, eu moro no Ipsep. Está difícil, como para todos. Tem muitos que estão em comunidades, tem muitos que estão em casas de família. Então, está complicado para todo mundo. A gente só quer resolver.” Kelly Correia.

“Estou morando no Entra a Pulso. Tudo mudou. A gente tinha nossa casa e hoje estamos morando de aluguel. A situação de todos que moravam aqui está insuportável. Nosso apelo é que a Justiça aja de uma forma melhor para a gente”. Fernando Silva.

Há importantes diferenças nos relatos destacados acima, todos coletados de falas de antigos moradores do edifício Holiday, publicados em matérias sobre a remoção da população, a decadência do prédio ou o leilão dele, bem como sobre o imbróglho jurídico em torno do tema. As diferenças marcam lugares de leitura do mundo e do

reconhecimento de si na vida política da cidade a partir de posições diversas, manifestas por um tipo distinto de vinculação a uma experiência comunitária de vida no Holiday – afinal, não podemos compreender a socialização do pobre (e as interseções que lhe produzem) a partir de um princípio idílico de solidariedade. É a partir desse lugar, por exemplo, que Marilene identifica o próprio morador do edifício como parte do problema de sua degradação, não observando a si mesma como sujeito do fenômeno. Há, por certo, uma resistência a compreender-se como um corpo degenerado marcando um território, o que já havíamos visto na fala de Jeane e está bem claro na incompreensão de Gerúzio.

Os vínculos entre as falas, contudo, nos oferecem importantes apontamentos para indicar conclusões a este trabalho. O primeiro deles é a luta pelo direito à cidade como luta pela terra. Não por acaso é basicamente esse o título do trabalho de Rolnik (2019) ao discutir o problema global da ilegalidade da posse do solo urbano e o intenso processo de financeirização que cada vez mais caracteriza a grande cidade em qualquer país do globo. É cada vez maior, portanto, um processo de transnacionalização ou desnacionalização da relação entre mercado e cidade, fazendo dessa mais um ativo em um tipo de negócio cada vez mais virtual. O lastro para operação desse vínculo, contudo, continua sendo a reserva de terra, produzindo a terra do pobre como território permanente da disputa política, mobilizada por uma dívida que nunca tem fim, como discutimos acima. Não por acaso, o advento da cidadania esteve – e assim segue sendo, de forma ainda mais complexa – associado à propriedade.

O grande desafio do capital especulativo sobre as cidades – como o fora no século XX ou XIX – é eliminar a relação das pessoas com a terra. Sem terra, sem vínculos, sem cidade, sem cidadania. O caso do edifício Holiday materializa bem esse movimento ao reforçar que a prioridade do capital para a viabilidade econômica do prédio é a remoção das pessoas àquela terra associadas. Nesse sentido, importa menos o que o ‘novo’ Holiday virá a ser depois de qualquer especu-

lação que lhe recoloca no mercado de cidades financeirizadas. Nas grandes cidades brasileiras, grandes obras cumprem rigorosamente a mesma função. Em Recife, podemos destacar a famigerada Cidade da Copa como exemplo, materializada minimamente no problema urbanístico-econômico chamado Arena Pernambuco.

Em segundo lugar, destacaria a luta pela posse e a luta pela terra como reversão da criminalização da diferença. Mesmo em zonas urbanas em que a degradação ainda não foi verificada tal qual como no caso do Holiday, os processos de remoção são inaugurados por tipos complexos de criminalização, ainda que o crime habite apenas o imaginário do horror da própria remoção. É o que demonstra Anelise Guterres (2016) ao estudar as reformas urbanas no Rio de Janeiro para a realização de grandes eventos, quando casas foram marcadas para suposta demolição sem qualquer comunicação a seus proprietários. Nesse caso, produzir divisão na comunidade e amplificar o terror da desabilitação são recursos bem claros de um estigma territorial que está nas falas de Jeane, Gerúzio, Marilene, Kelly ou Fernando. Todos eles entendem que o saber técnico que produz a degradação do edifício opera enquanto instrumento do terror da desabilitação. Antes disso, contudo, através da ilegalidade da posse, um tipo de gestão do Estado administra o risco enquanto importante recurso político para manejar os interesses do mercado urbano de terras. Em nossos dias, a esses recursos ora policiais, ora médicos, ora jurídicos, ora financeiros, soma-se, ainda, o da catástrofe climática, como observamos no Recife com as chuvas de 2022 ou temos acompanhado mais recentemente no Rio Grande do Sul.

Em terceiro lugar, a disputa que os moradores do Holiday incorporam é uma disputa pela paisagem da cidade. É sabido, como discutimos acima, que o edifício fora construído para dar conta de um conjunto de representações de uma vocação do Recife para o desenvolvimento. Essa ideia específica de progresso traduz-se numa paisagem que implica desigualdades evidentes. A mais óbvia delas é a desigualdade no direito ao acesso em seu sentido mais simples. A origem do

Holiday está associada à interdição do acesso a corpos degenerados. A disputa do território representa, dessa forma, uma luta pela possibilidade de ser sujeito da paisagem da cidade. Não se trata da retomada de uma paisagem original, anterior à cidade desigual. Trata-se da necessidade de disputar um texto, uma narrativa da cidade que traduz-se materialmente em sua paisagem. Aquilo que Sharon Zukin (2000) chama de paisagem vernacular, nesse sentido, revela a complexidade de textos ‘subterrâneos’ que atravessam uma arquitetura hegemônica da cidade, seja nas cicatrizes que produzimos na arquitetura urbana ao longo do tempo, seja nas intervenções que remodelam – eventualmente descaracterizam – edificações, seja no reposicionamento das populações em enclaves revertidos, como no caso do edifício Holiday. Não existe degradação do prédio sem degeneração dos corpos. Essa classificação, contudo, será sempre parte da narrativa hegemônica para reforçar classificações sociais, racialização e generificação do corpo. A presença no prédio, contudo, representa a rasura da paisagem de poder, quando a evidência da diferença se manifesta, ainda que a partir da representação do crime ou do asco. É o que demonstrei em parceria com Roberto Efrem Filho (2022) quando discutimos a presença do corpo já sem vida do menino Miguel no *hall* de uma das torres gêmeas do Recife. A visibilidade indesejada da diferença atravessa a paisagem de poder que narra a cidade hegemônica. Os moradores do Holiday, ao implicarem sua presença, remodelam um texto sobre a cidade e atravessam um paradigma do desenvolvimento centrado no higienismo e na monstrosidade do corpo da diferença.

“Vamos nos sentir vitoriosos porque estamos fazendo isso por todos, e todos vão ter consciência e se juntar a nós. Queremos que cada um que esteve aqui distribua um pouquinho de sua força para os que estão esperando que nossa vitória caia do céu. Cada um de nós é um guerreiro, que está lutando pelo que é seu”. José Rufino Neto (sindicato).

“Vamos mostrar que a nossa briga começou agora para a sociedade e para aqueles que querem nos derrubar, que eu sei que são uma minoria, porque a maior nos apoia. Vamos mostrar que o Holiday

abre, que ele é do povo e tem dono. Que ele não vai virar hotel e vai continuar sendo residência”. Jeane da Silva.

Maio de 2019. Moradores organizam evento cultural pela recuperação do edifício Holiday. A retórica da manifestação não passa somente pela necessidade de recuperação física do prédio, mas fundamentalmente pelo direito à presença e, portanto, pelo direito à cidade. A disputa pelo solo urbano revela sua complexidade ao inserir camadas a mais em uma querela centrada quase exclusivamente na combinação entre a posse ilegal dos apartamentos e a degeneração do corpo. Em maio de 2024, o leilão foi cancelado/adiado, o que representa uma vitória parcial dos moradores. A guerra dos lugares ganha mais um dia de disputa pelo desenho, pelo texto que tece a cidade velha do Recife.

Notas:

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/03/14/tres-anos-apos-serem-retirados-do-edificio-holiday-moradores-protestam-pedindo-ajuda-contradeterioracao-do-predio.ghtml>

² Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/20/no-ultimo-dia-para-desocupar-edificio-holiday-parte-dos-moradores-afirma-que-nao-pretende-sair.ghtml>

³ <http://www.novorecife.com.br/o-projeto>

⁴ Uma leitura rápida das primeiras páginas da tese de doutoramento de Lúcia Veras (2017), Paisagens Postais, é já suficiente para tecnicamente observar a fragilidade da apresentação.

Referências:

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. 2000. Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34.
- FOUCAULT, Michel. 1979. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal.
- GUTTERRES, Anelise dos Santos. 2016. “O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro.” *Mana*, 22(1):179-209.

- LUCENA, Victor & LEITE, Julieta. 2021. “O mundo fora do lugar: a trajetória de degradação do Edifício Holiday sob a perspectiva do espaço social bourdieusiano.” *Revista Lusófona de Estudos Culturais*, 8(2):193-214.
- MARICATO, Ermínia. 2015. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular.
- REYNALDO, Amélia. 2017. *As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife*. Recife: CEPE.
- ROLNIK, Raquel. 2019. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.
- SÁ BARRETO, Francisco & MEDEIROS, Izabella. 2020. “Culturas do passado-presente: um estudo sobre o discurso da novidade e as políticas patrimoniais em um Recife de três tempos.” *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica*, 5(14):667-691.
- SÁ BARRETO, F. S. & EFREM FILHO, R. 2022. “Corpos negros, torres brancas: cidade e racismo em pandemia.” *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, 54(3).
- SASSEN, Saskia. 2016. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. São Paulo: Paz & Terra.
- SEVCENKO, Nicolau. 2010. *A Revolta da Vacina*. São Paulo: Cosac Naify.
- THOMPSON, E. P. 1998. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.
- VERAS, Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti. 2017. *Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital.
- ZUKIN, Sharon. 2000. “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.” In: ARANTES, Antônio (org.), *O Espaço da Diferença*, pp. 80-103. Campinas: Papiros.
- “Justiça suspende leilão do Edifício Holiday interdito há cinco anos.” G1 Pernambuco, 21 mai. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2024/05/21/justica-suspende-leilao-do-edificio-holiday-interditado-ha-cinco-anos.ghtml>.
- “Edifício Holiday: uma história de resistência.” CBN Recife. Disponível em: <https://www.cbnrecife.com/artigo/edificio-holiday-uma-historia-de-resistencia>.
- “Brasil de 2017: um país em crise política e social.” *El País Brasil*, 31 dez. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/31/politica/1514729934_109046.html.
- “Moradores e voluntários fazem evento para arrecadar fundos para reforma do Edifício Holiday.” G1 Pernambuco, 5 mai. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/05/05/moradores-e-voluntarios-fazem-evento-para-arrecadar-fundos-para-reforma-do-edificio-holiday.ghtml>.
- “No último dia para desocupar Edifício Holiday, parte dos moradores afirma que não pretende sair.” G1 Pernambuco, 20 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/20/no-ultimo-dia-para-desocupar-edificio-holiday-parte-dos-moradores-afirma-que-nao-pretende-sair.ghtml>.

“Justiça determina interdição e desocupação do Edifício Holiday em até cinco dias úteis.” G1 Pernambuco, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2019/03/13/justica-determina-interdicao-e-desocupacao-do-edificio-holiday-em-ate-cinco-dias-uteis.ghtml>.

“Três anos após serem retirados do Edifício Holiday, moradores protestam pedindo ajuda contra deterioração do prédio.” G1 Pernambuco, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2022/03/14/tres-anos-apos-serem-retirados-do-edificio-holiday-moradores-protestam-pedindo-ajuda-contradeterioracao-do-predio.ghtml>.

Degenerate Bodies, Degraded Territories: homelessness and the struggle for land in the Holiday Building, Recife

Abstract: In this paper, we are interested in studying a dual phenomenon, which is our overall objective. On one hand, we intend to discuss the technologies of producing an urban degradation stigma associated with the Holiday Building in Recife, from its foundation to what is publicly projected as its decline. On the other hand, we seek to understand the perspectives of the right to the city in the statements of the residents who were removed up to three years after the court order that executed the evacuation of the building. To this end, we are interested in understanding the complexity of the notion of displacement that involves this case. How is the social production of eviction taking place in the Holiday Building? As methodological resources for these objectives, this work collects two types of materials: newspaper publications about the Holiday and its ‘decline’ in the city; and the statements of the removed residents.

Keywords: Urban displacement, Gentrification, Urban Anthropology, Brazil.

Recebido: 15 de setembro 2024.

Aprovado: 18 de dezembro 2024.